



## **Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho**

André Thibes<sup>1</sup>  
Janara Nicoletti<sup>2</sup>

**RESUMO:** O mercado de trabalho formal dos jornalistas brasileiros encolhe ano a ano devido a reestruturações de equipes e fechamentos de veículos e redações. Parte destes profissionais migra para outras áreas da comunicação ou passa a atuar com relações de trabalho informais. Os que se mantêm nas redações convivem com estruturas cada vez mais enxutas, acúmulo de funções e baixos salários. Este artigo irá apresentar a evolução da remuneração média salarial dos profissionais de jornalismo no período entre 2005 e 2015, a partir da análise dos dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Também será observada a jornada de trabalho média e as diferenças salariais e de jornada entre homens e mulheres registrados em funções que pertencem à família Profissionais do Jornalismo da RAIS. Observar estes dados oficiais ajuda a compreender a crescente desvalorização da categoria mesmo dentro de um regime de contratação considerado formal e legal.

**Palavras-chave:** mundo do trabalho; jornalistas; evolução salarial; mulher no jornalismo; precarização do trabalho, mercado jornalístico

### **Introdução**

O mundo do trabalho do jornalismo sofre mudanças substanciais. Devido à reestruturação do mundo do trabalho que começou a tomar forma à partir da década de 1970, o jornalismo começou a transformar as relações trabalhistas caminhando para uma maior precarização daquele que trabalho e características como multifuncionalidade, jornada de trabalho excessiva baixos salários e desregulamentação da profissão passaram para a ordem do dia.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Mestre e doutoranda em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Partimos da ideia de precarização do trabalho caracterizada pelo modelo de acumulação flexível apresentado por autores como David Harvey (2014) e Ricardo Antunes (2015). Segundo estes autores, mais ou menos na década de 1970, o mundo do trabalho saiu de um modelo de acumulação caracterizado por rigidez e massificação de produção, o modelo fordista<sup>3</sup>, para uma forma mais flexível de acúmulo de capital, onde as consequências foram agudas para a classe trabalhadora. Há uma gama de peculiaridades no mundo do trabalho do jornalismo que têm origem nas mudanças gerais do capitalismo e que foram discutidas por autores como Mick e Lima (2012), Mick (2013; 2014), Muller (2012), Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) e da Silva (2014). A partir deste referencial, apresentaremos de forma geral as características do novo mundo do trabalho marcado pela flexibilidade e os impactos que acarretaram no mundo do jornalismo.

Em seguida, pretendemos verificar como um dos indicadores da precarização do trabalho, a questão salarial, se manifesta no caso dos jornalistas formalmente contratados. A partir do cruzamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais, focando na família Profissionais do Jornalismo, pretendemos analisar a evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015 levando em consideração diferenças entre homens e mulheres e nuances como jornada de trabalho, demissões e atividades que mais estão diminuindo vagas.

## **1. Reestruturação produtiva e flexibilidade no jornalismo**

O mundo do trabalho do jornalismo congrega um grande complexo de relações trabalhistas regulamentadas e desregulamentadas onde o cotidiano é marcado por acúmulo de funções, intensas jornadas e alta demanda por produtividade. Estas características podem, à primeira vista, dar uma ideia pessimista sobre o mercado de trabalho jornalístico, determinando-as como inerentes ao modelo profissional específico

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan (HARVEY, 2014, p. 121).

do área. Mas ao buscar as origens desta situação podemos apontar alguns sintomas decorrentes de um contexto maior de crise do capitalismo.

O modelo de produção que antecedeu a acumulação flexível e predominou durante boa parte do século XX era marcado por produção em massa e rotinizada. Esta forma de produção era extremamente dependente de expansão de mercados e teve grande repercussão não só aos modelos de produção fabril como também a todo um estilo de vida baseado em consumo de massa que se expandiu principalmente no período pós-guerra de 1945. As principais características eram hierarquização e segmentação nas estruturas de trabalho. Segundo Antunes (2015), os elementos constitutivos básicos eram: produção em massa; linha de montagem e produtos mais homogêneos; controle de tempos e movimentos; produção em série; fragmentação da produção; separação entre elaboração e execução do trabalho; e unidades fabris concentradas e verticalizadas. Harvey (2014) nos fala de uma característica síntese deste modelo de produção: rigidez. Entretanto, mais tarde, esta mesma característica se tornou um dos principais impeditivos para o modelo de acumulação se manter: “De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez” (2014, p. 135). A reestruturação do mundo do trabalho se deu, portanto na contraposição a esta rigidez:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...) (HARVEY, 2014, p. 140).

Para a classe trabalhadora, esta mudança teve impactos no sentido da precarização do trabalho. É um período em que se vê maior exigência de produtividade e menos profissionais. Antunes (2014) aponta que neste período há uma dupla processualidade, onde há desproletarização do operariado fabril dos países de capitalismo avançado e uma expansão do trabalho assalariado sobretudo no setor de serviços perpetuando uma

heterogeneização da classe que vive do trabalho e incorporação do contingente feminino. “Vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado (...)” (ANTUNES, 2014, p. 61). Ainda segundo o autor, há um aumento sem precedentes na era moderna do desemprego estrutural. Harvey (2014) conclui que a atual tendência é de “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ‘ruins’” (2014, p.144) e especificamente sobre a classe trabalhadora há uma “redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 2014, p. 143).

Observando os modelos de redação, sobretudo na forma empresarial, que prevaleceram no século XX, da Silva (2011), observou que este carrega consigo aspectos fordistas de produção fragmentada quando se organiza em hierarquia verticalizada de editorias, quando apresenta divisão de funções (como fotógrafos, motoristas, editores, copidesques, etc.), quando se organiza em trabalhadores especializados (como exemplo o repórter policial, repórter investigativo, repórter de guerra, etc.), quando prescinde de máquinas especializadas e quando possui padronização das rotinas. Da Silva (2011) também nos propõe pensar que a massificação da produção, característica do fordismo, no jornalismo está relacionada à própria estrutura da notícia, organizada no formato de pirâmide invertida com lead, onde o mais importante surge no topo das notícias e se desdobra nos parágrafos seguintes. Esse formato contribuiu para o jornalismo se massificar.

Desta forma, é de se compreender que com a reestruturação do mundo do trabalho, a flexibilização também atingisse as redações brasileiras. A precarização do trabalho se intensificou devido ao contexto macro de reestruturação do mundo do trabalho e devido à inserção de novas tecnologias de informação que abalaram o ecossistema desde a ponta final, o consumo, até o início do processo comunicativo, as rotinas de produção. Alterando todo o ecossistema jornalístico. Do ponto de vista das rotinas de produção, Muller (2012) afirmou que:

A informatização dos jornais, que começou pelas áreas administrativa e comercial, nas maiores empresas nos anos 1960, e chegou às redações nas duas décadas seguintes, no

plano econômico significou, como já indicado, ganhos de produtividade e de redução de custos importantes o suficiente para assegurar a lucratividade das empresas, embora tenha exigido a mobilização de recursos vultosos, o que muitos casos levou as companhias jornalísticas a penosos processos de endividamento.

[...] Do ponto de vista do processo de trabalho, a informatização significou uma reaglutinação de processos comparável ao registrado por ocasião da mecanização da imprensa no século XIX, inclusive a extinção de funções. Significou, portanto, certa reversão do fordismo que havia sido implementado ao longo do século XX. Essa reaglutinação fez desaparecer funções, inicialmente na impressão, posteriormente na pré-impressão (composição) e finalmente na redação, nas quais a informatização eliminou, reduziu ou tornou mais eficientes e rápidas atividades como as de revisão, redação e diagramação. Paralelamente, estabeleceu-se uma tendência de que um mesmo profissional assumisse a responsabilidade por várias funções, em particular nas empresas que operavam várias mídias, fenômeno que se acentuou durante a década de 1990 na medida em que se acentuou o que se convencionou chamar de convergência de mídias (MULLER, 2012, p 153).

Mick (2013) sistematizou os índices de precarização do trabalho no campo do jornalismo demonstrando de que forma a precarização do trabalho atinge as redações brasileiras: jornada excessiva, multifuncionalidade, aumento de produtividade, diversificação das formas de exploração do trabalho, baixa remuneração e eliminação de benefícios não salariais.

Na pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro realizada em 2012, Mick e Lima (2013, p. 83) constataram, também, que “um em em cada quatro jornalistas que trabalhavam na área tinha mais de um emprego e metade havia começado a carreira profissional no máximo cinco anos antes.” O que demonstra o caráter de rotatividade e flexibilidade da mão de obra no mundo do jornalismo. Ainda nesta pesquisa, os autores perceberam que “dois terços tinham renda até cinco salários mínimos e quase metade dos jornalistas trabalhavam mais de oito horas por dia” (MICK e LIMA, 2013, p. 83) e que as mulheres jovens (até 30 anos), apesar de serem maioria recebiam menos do que os homens.

As imposições do novo mundo do trabalho somadas à intensa inserção das tecnologias na rotina de trabalho do jornalismo facilitaram esta configuração. A baixa remuneração, índice caro à nossa análise, parece estar relacionada à instabilidade de emprego. Devido à um contingente de mão de obra vasto, o mercado de trabalho jornalístico tem facilidade em renovar seu quadro profissional com determinada frequência. Neste movimento de demissão e contratação de novos profissionais, os índices salariais tendem a ser reduzidos, visto que um profissional com muito tempo de casa provavelmente ascende na carreira e acumula benefícios. Por exemplo, a plataforma

Volt Data Lab<sup>4</sup>, que realiza um panorama geral do número de demissões dos jornalistas brasileiros, aponta que desde 2012, quando começou a realizar os levantamentos, à 2017, ocorreram 1.887 demissões de jornalistas.

## 2. Procedimentos metodológicos

A análise deste artigo focou-se em três critérios relacionados ao mercado de trabalho formal dos jornalistas brasileiros: remuneração média por ano, jornada de trabalho contratada e gênero. O objetivo é fazer um breve levantamento sobre a renda e carga horária dos trabalhadores deste setor contratados sob a legislação específica para o emprego de profissionais da área de Jornalismo. O que se buscou saber foi qual o ganho real da categoria? A jornada contratada respeita o estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)? Há desigualdade salarial e de jornada entre homens e mulheres? Os dados utilizados compreendem o período entre 2005 e 2015<sup>5</sup> e estão disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>6</sup>.

Como corpus, optou-se utilizar os dados registrados somente na Família “Profissionais do Jornalismo”, composta pelas seguintes funções: jornalista; editor; repórter (exclusive rádio e televisão), assessor de imprensa, diretor de redação, produtor de texto, revisor de texto, arquivista pesquisador (jornalismo). A escolha desta família específica se deve ao fato de ela conter ocupações que são formalmente consideradas funções da indústria jornalística, portanto, as jornadas e remunerações devem respeitar os acordos e leis estabelecidos para a categoria (BRASILa, 2010). Outras funções, como repórter de rádio e televisão, assim como ocupações da família especialistas em editoração e outros grupos, também possuem ocupações presentes na indústria jornalística, mas os mesmos podem ser encontrados em outros setores e não estão

---

4

O método do portal Volt Data Lab se vale de notícias publicadas em sites especializados, sendo os principais: Comunique-se; Portal dos Jornalistas e Portal Imprensa. <http://passaralhos.voltdata.info/> Acesso em: 28 de julho de 2017

5

Os dados de 2016 não haviam sido disponibilizados na plataforma RAIS até a data de submissão deste artigo. O recorte inicial foi escolhido para facilitar a análise da evolução de uma década de trabalho da Família “Profissionais do Jornalismo”.

6

As informações constantes na RAIS são informadas pelos empregadores e precisam constar a relação de todos os vínculos formais até o dia 31 de dezembro de cada ano.

submetidos às regras impostas aos profissionais do jornalismo. Desta forma, entende-se aqui que a amostragem utilizada representa apenas uma parte dos jornalistas contratados sob vínculos formais e excluem todos os informais e autônomos, porém, representam uma parcela significativa da categoria e também oferecem a possibilidade de analisar uma série histórica. Como há uma grande heterogeneidade de vínculos e ocupações destes profissionais, há grande dificuldade de se obter uma análise ampla e com dados reais do setor. Assim, apesar de restritas a um grupo de trabalhadores formalmente vinculados, as informações presentes na RAIS podem ajudar a compreender a evolução das relações de trabalho dos jornalistas brasileiros no mercado formal, o qual é oferecer garantias trabalhistas exigidas em lei e, conseqüentemente, é tido como mais “seguro” aos trabalhadores.

Para realizar a análise da renda dos trabalhadores, utilizou-se o indicador Remuneração Média Nominal, a qual apresenta a média de rendimentos recebida por todos os Profissionais do Jornalismo no período de um ano. O ganho real absoluto da categoria foi obtido a partir do desconto da inflação por meio do IPCA acumulado. Este indicador permite identificar se o poder de compra do trabalhador realmente aumentou ou diminuiu ao longo do período analisado. Primeiro observou-se a evolução da renda na série histórica 2005 e 2015, depois, realizou-se a análise do ganho real absoluto ano a ano, para tentar identificar quando houve maior valorização ou desvalorização salarial dentro do período analisado.

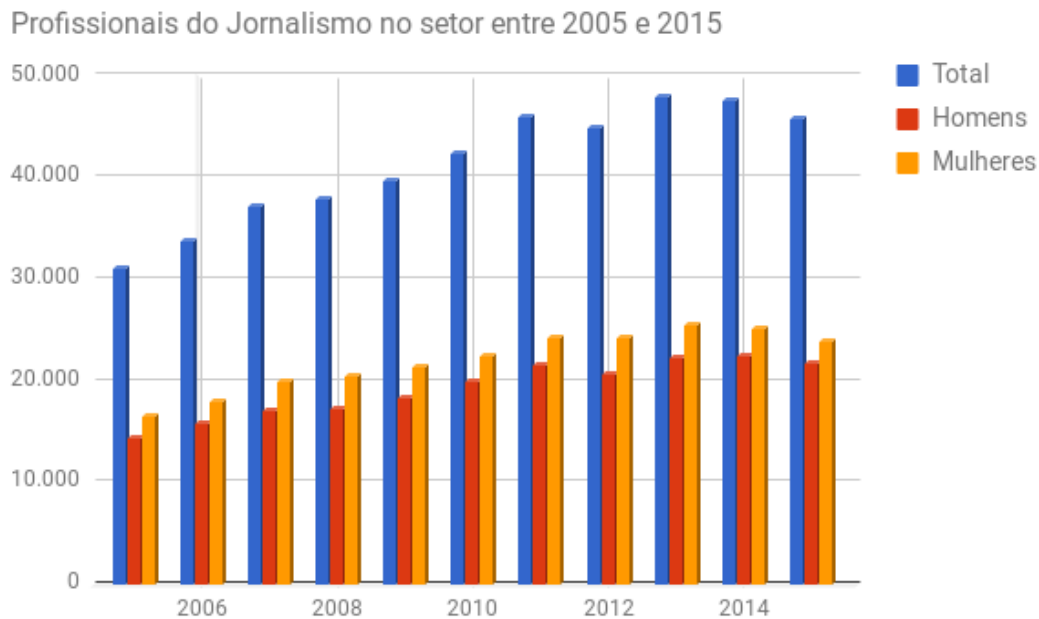
A carga de trabalho foi analisada por meio do critério “Jornada contratada”, a qual indica por quantas horas semanais o indivíduo é contratado. Já a análise da desigualdade entre gêneros ocorreu a partir da correlação entre a remuneração média de homens e mulheres; jornada de trabalho x renda média por gênero; cargos de chefia x gênero.

### **3. Mercado de trabalho formal dos trabalhadores do Jornalismo**

Os profissionais do jornalismo brasileiro somavam 45818 pessoas em 2015, um crescimento de 47,45% em relação a 2005 quando 31073 pessoas eram empregadas em ocupações desta família. Apesar disso, entre 2012 e 2015 houve uma redução de no número de empregos. Em todo o período, a divisão de cargos entre homens e mulheres

permaneceu estável. Elas sempre figuraram como a principal força de trabalho: de 2005 a 2015, elas representaram 53,36% dos profissionais com vínculos formais; os homens somaram 46,64% do total (Gráfico 1).

Gráfico 1.



**Fonte:** Dados da RAIS; elaboração nossa.

No acumulado de uma década, as ocupações com melhor crescimento foram assessor de imprensa (127,35%), seguido por produtor de texto (112,32%) e editor (102,19%). Revisor e arquivista registraram queda de 27,60% e 17,07% respectivamente no período analisado. Apesar disso, entre 2013 e 2015 todas as ocupações tiveram declínio no desempenho e crescimento negativo no número de empregos. Considerando os dados totais, o ano de 2015 foi o que registrou maior queda. Todas as ocupações, exceto assessoria de imprensa, tiveram desempenho negativo (Tabela 1).

Com base nos dados analisados, pode-se afirmar que o crescimento acumulado do setor permaneceu estável até 2013, quando 48077 pessoas atuavam em ocupações da família profissionais do Jornalismo. Apesar disso, já em 2013 houve redução de cargos de produtor e repórter, que tiveram crescimento negativo. Da mesma forma, arquivista e



revisor continuaram com menos contratações do que demissões, mantendo uma tendência histórica.

O triênio 2013/2015 foi marcado por cortes de emprego: no total, 2259 trabalhadores foram desligados, ou seja, houve uma redução de 4,70%, logo após o mercado formal ter registrado o maior número de contratações da série histórica. A maior queda ocorreu entre 2014 a 2015 com diminuição de 3,82%. Quando se compara a evolução do emprego por ocupação, o cenário parece piorar. Até 2012, praticamente todas as ocupações figuravam com pequenas oscilações entre crescimento e decréscimo no número de contratações. Como já citado, as exceções são revisor, que desde o período 2007/2008 apresenta queda constante no número de empregados -- no total, houve redução de 27,60% no período analisado -- e arquivista que, chegou a apresentar momentos de recuperação, mas na média perdeu 17,07% dos cargos entre 2005 e 2015.

Tabela 1.

EVOLUÇÃO PROFISSIONAIS DO JORNALISMO POR OCUPAÇÃO (2005 - 2015)									
Ano	Arquivista	Assessor	Diretor	Editor	Jornalista	Produtor	Repórter	Revisor	Total
2015	-16,29%	3,03%	-6,81%	-2,60%	-1,65%	-4,16%	-7,94%	-13,56%	-3,82%
2014	1,91%	-7,71%	3,53%	1,30%	5,79%	1,73%	-4,10%	-3,88%	-0,92%
2013	-15,48%	54,67%	6,53%	2,35%	4,39%	-2,44%	-5,24%	-7,87%	7,04%
2012	3,68%	-20,20%	-14,26%	4,63%	4,07%	2,87%	2,62%	-4,77%	-2,26%
2011	-6,27%	14,67%	14,39%	11,55%	7,76%	45,10%	4,78%	-2,51%	8,27%
2010	1,92%	4,25%	12,54%	11,27%	13,13%	15,53%	3,34%	-0,52%	6,85%
2009	-4,28%	37,14%	10,59%	7,83%	-2,55%	9,43%	8,12%	-10,83%	4,89%
2008	-6,57%	-18,03%	-7,66%	10,88%	9,48%	6,79%	7,61%	-0,84%	1,80%
2007	39,72%	23,47%	0,20%	15,23%	5,57%	-2,73%	-1,57%	11,12%	9,85%
2006	-7,05%	16,75%	13,92%	11,92%	8,97%	13,88%	7,18%	4,23%	8,98%
2005	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Fonte: Dados da RAIS; elaboração nossa.

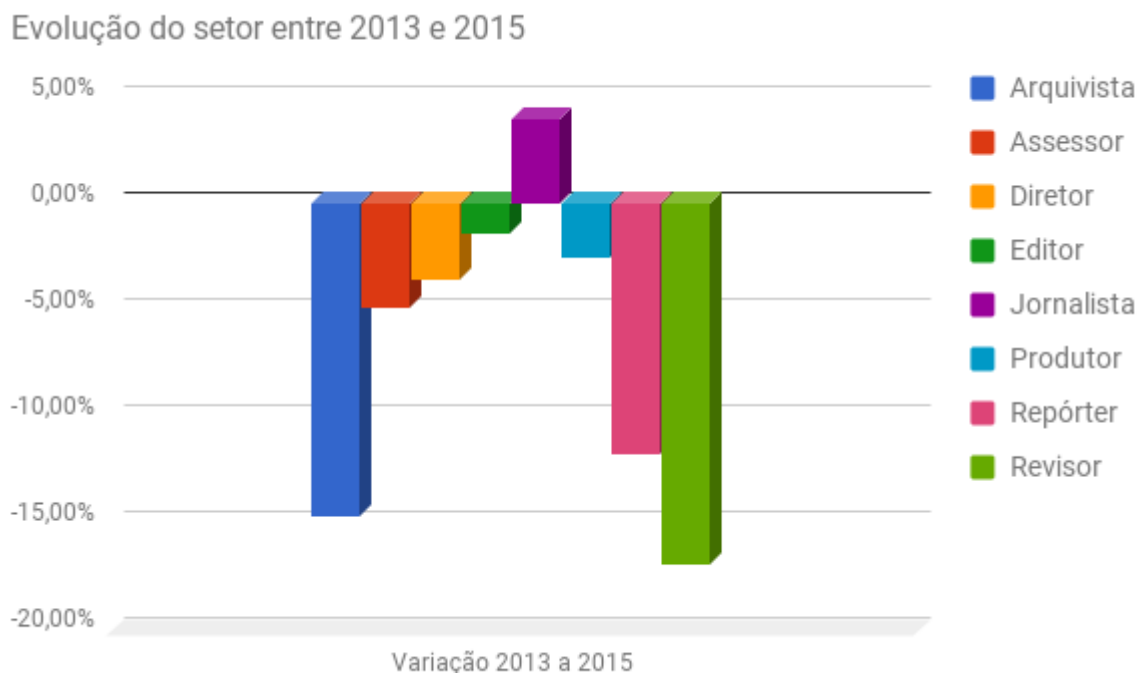
Além destes profissionais, a ocupação repórter apresenta grande diminuição nos últimos três anos analisados. De 2013 a 2015, houve queda constante no número de vínculos. O pico de contratações ocorreu em 2012, quando 7442 profissionais estavam

registrados como repórteres. No triênio seguinte este contingente diminuiu 11,71%, ou seja, menos 1216 cargos de profissionais na área de reportagem.

Os números relativos a estas três ocupações corroboram os estudos que indicam os impactos das reestruturações no chão de fábrica das redações. Este cenário de constante diminuição de equipes de revisores, arquivistas e repórteres pode ter sido motivado pelas reestruturações e enxugamento de cargos que culminaram no desligamento de milhares de profissionais e acúmulo de funções.

No triênio 2013/2015, apenas a ocupação jornalismo manteve média positiva, com 4,05% de crescimento no período. Os demais cargos registraram queda, inclusive assessor de imprensa que entre 2012 e 2013 teve 54,67% de aumento nas contratações, chegando a 9.834 trabalhadores, e em 2015 foi a única ocupação com índice de crescimento positivo. Ao avaliar o desempenho do triênio 2013 a 2015, este número caiu para 9351, ou seja, menos -4,91% (Gráfico 2).

Gráfico 2.



FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

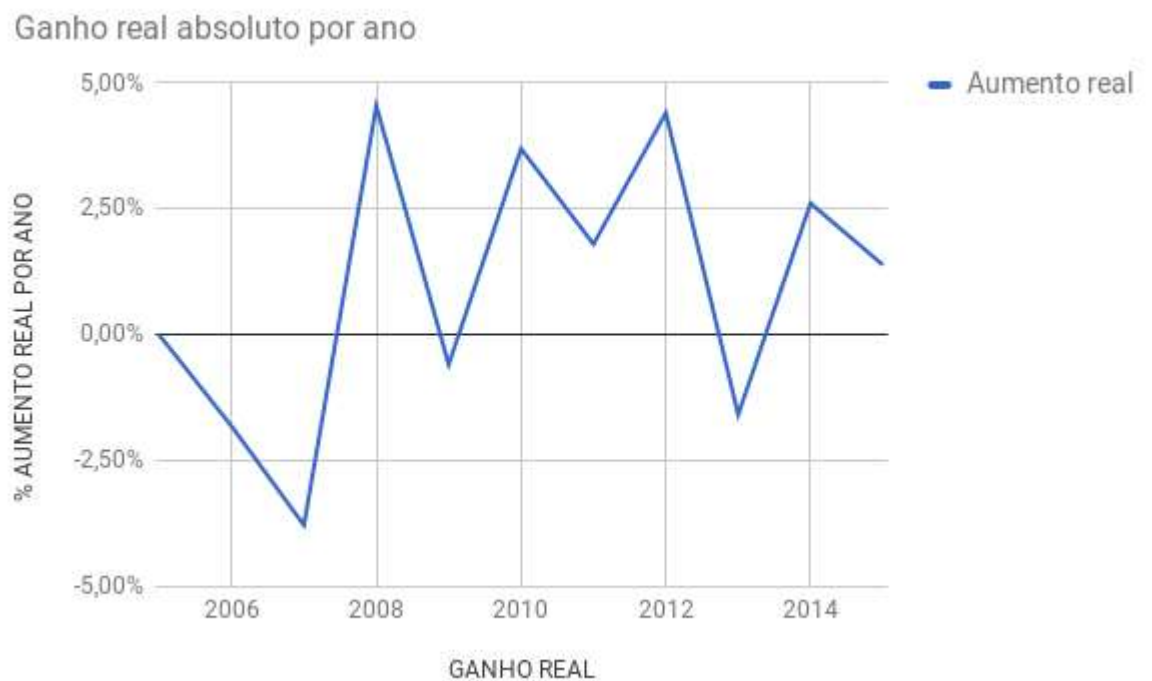
### 3.1. Remuneração média X ganho real

A remuneração média nominal dos profissionais do jornalismo em 2015 foi de R\$ 4384,91, crescimento nominal de 8,65% em comparação com 2014, quando a média salarial de um ano ficou em 4035,98. Em 2005, este valor era de R\$ 2285,74, ou seja, um crescimento nominal de 95% na série histórica.

Diferente do que a média nominal indica, o ganho real absoluto dos profissionais do jornalismo foi muito baixo, ou seja, não houve grande evolução no poder de compra em uma década. Ao descontar a inflação do período, o ganho real dos jornalistas foi de apenas R\$ 491,18 (11,20%) em uma década, o que representa menos de R\$ 25 por ano. Considerando o ganho real absoluto, a média de reajuste anual foi de somente 1,07%.

Na série histórica analisada, os maiores reajustes reais ocorreram em 2008 e 2012, respectivamente, 4,55% e 4,40%. Já em 2006, 2007, 2009 e 2013, a categoria teve perda real de remuneração, quando o reajuste real foi negativo e a média salarial de um ano não chegou a cobrir a inflação do período. No Gráfico abaixo é possível observar a diferença entre a remuneração média nominal e o ganho real do período (Gráfico 3).

Gráfico 3.



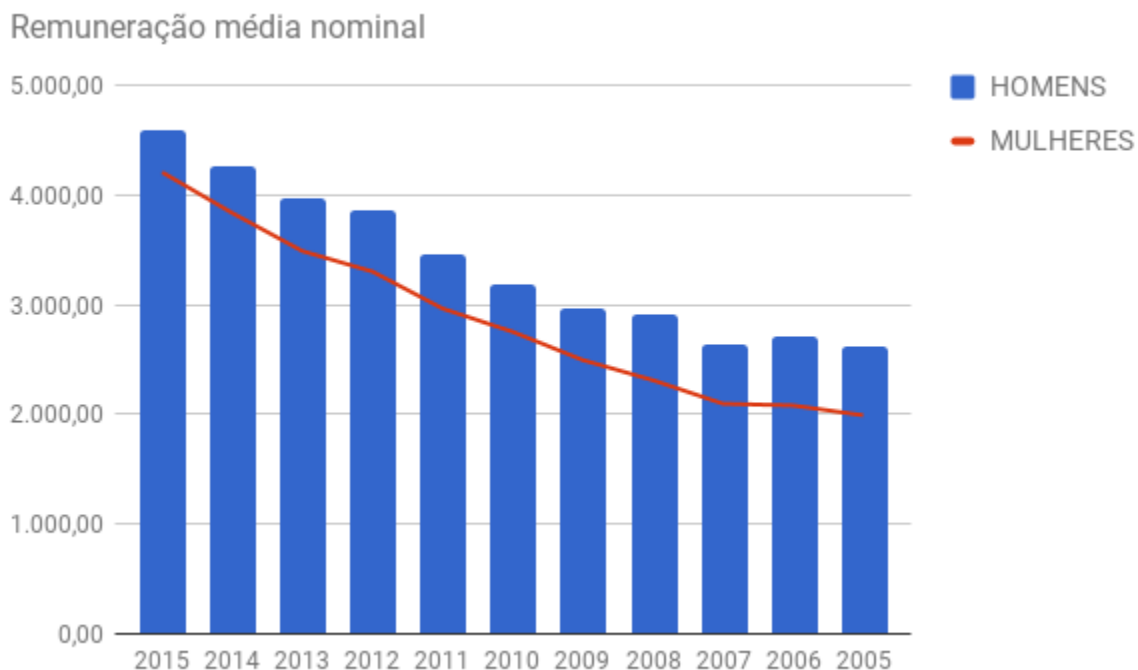
FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

Estes dados indicam que existe sim um processo de precarização da remuneração profissional mesmo entre os trabalhadores que atuam sob vínculos formais de contratação. Além de o mercado estar encolhendo, a remuneração média dos trabalhadores também não apresenta evolução insatisfatória, uma vez que o reajuste médio de aumento real é de 1,07% descontando o IPCA acumulado de cada ano.

### **3.2. Desvalorização salarial e diferenças de jornada**

Mais da metade dos trabalhadores que compõem o mercado formal dos Profissionais do Jornalismo são mulheres e, assim como em outras ocupações do país, na média da massa salarial, elas ganham menos do que eles. Na série histórica, 2005 representou o pior cenário, quando a remuneração média das trabalhadoras era 24,09% inferior a dos homens. Desde então houve uma redução gradativa desta defasagem, chegando aos 8,21% de diferença em 2015. Mesmo assim, durante todo período analisado, o rendimento médio delas nunca se equiparou ao rendimento médio da categoria. Enquanto isso, no mesmo intervalo de tempo, a remuneração anual média deles sempre foi superior que a média nacional (Gráfico 4).

Gráfico 4.

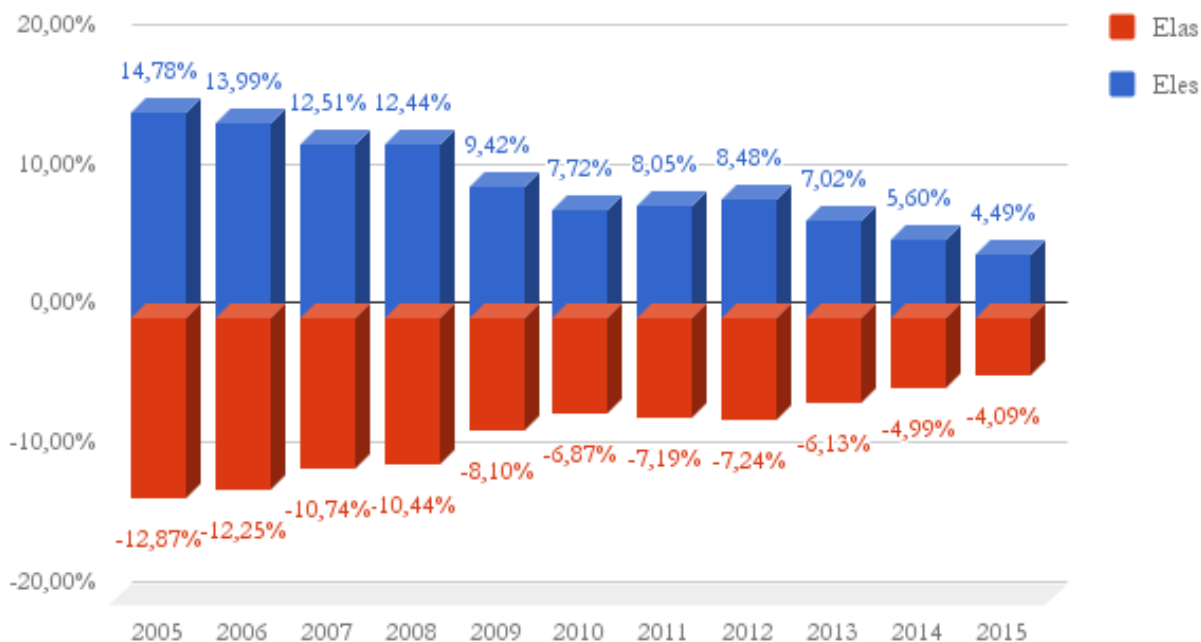


FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

No Gráfico 4 é possível perceber que existe um movimento de equiparação salarial, apesar da defasagem histórica se manter. Enquanto em 2005 o rendimento dos homens era 14,78% superior à média nacional e o das mulheres 12,87% menor, em 2015 eles ainda ganham 4,49% a mais do que a média, mas a remuneração média delas passou a ser 4,09% inferior à média nacional (Gráfico 5).

Gráfico 5.

## Desigualdade de gênero em relação a média de remuneração

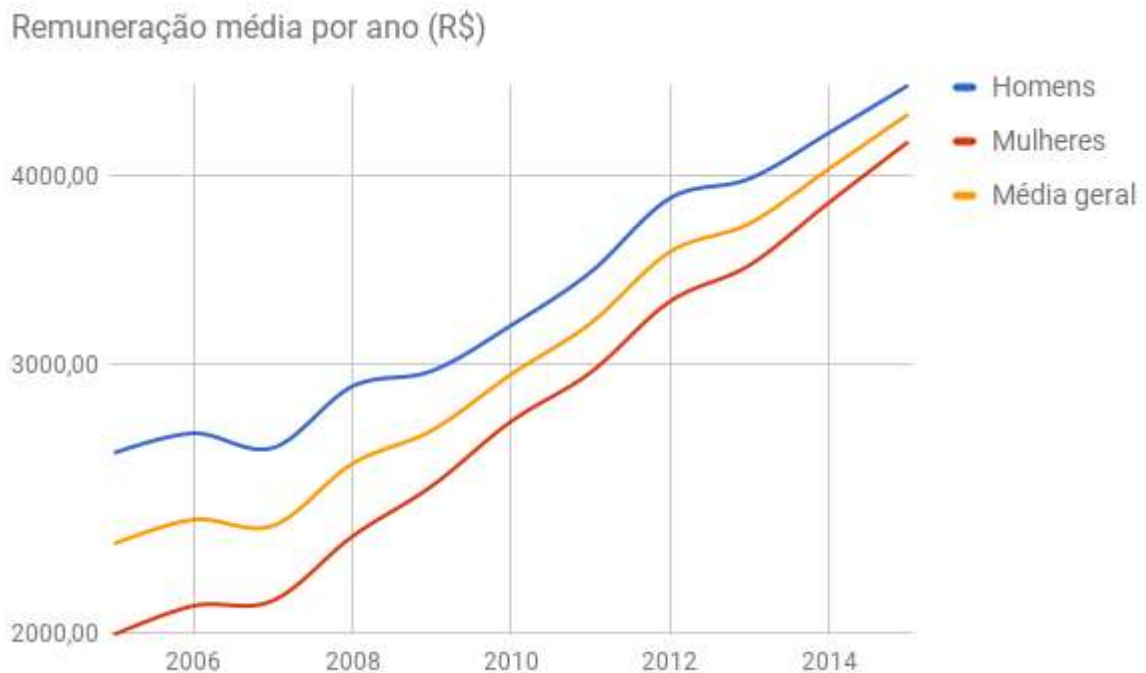


FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

A diferença salarial vem reduzindo ao longo do tempo, mas ainda não há paridade entre homens e mulheres. Estes indicadores demonstram um cenário histórico de desvalorização da mulher no mercado de trabalho dos profissionais do Jornalismo. Apesar delas formarem a maior massa trabalhadora em toda a série histórica, seus salários sempre foram menores. Condição que pode indicar um cenário de precarização por gênero, uma vez que mesmo com a ascensão das mulheres na pirâmide profissional, a remuneração média delas continua menor.

Segundo os dados das ocupações direção e edição, houve um crescimento gradativo da presença das mulheres nos cargos de liderança, apesar de elas ainda serem minoria nestes cargos. Por sua vez, no último triênio elas foram maior parcela demitida em diferentes ocupações. Mesmo assim, durante todo o período analisado, a remuneração masculina sempre foi superior à média geral dos trabalhadores e a feminina inferior, mesmo com a ampliação da participação delas, especialmente em cargos de edição, conforme representado abaixo:

Gráfico 6.



FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

### 3.3. Jornada desigual

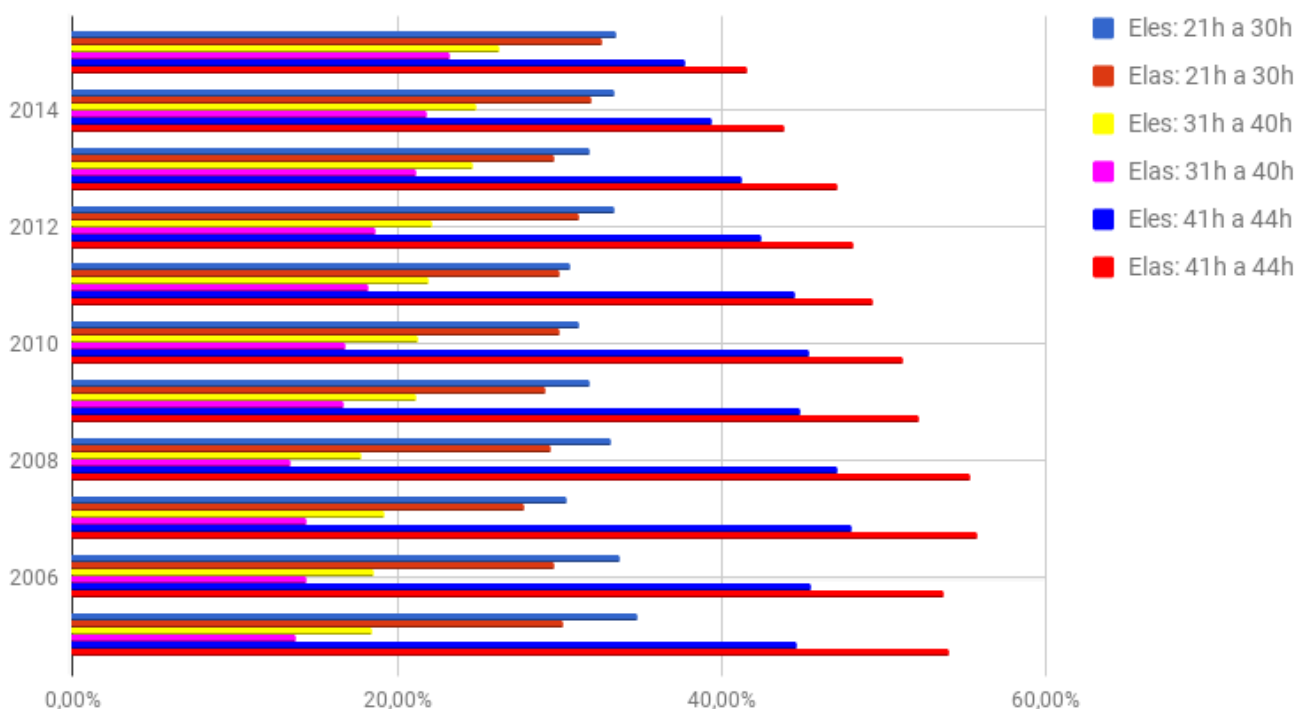
Apesar de a média de remuneração das mulheres ser inferior a dos homens, elas trabalham mais horas do que eles. Na análise da jornada semanal contratada, é possível observar que as trabalhadoras são maioria nas faixas com maior carga horária contratual em todas as ocupações dos Profissionais do Jornalismo. Quando se analisa as faixas entre 21 e 30 horas, os homens são maioria. Nas faixas abaixo de 20 horas semanais, o percentual de homens e mulheres é bastante similar (Gráfico 7).

Conforme os dados de jornada contratada da RAIS, maior parte destes trabalhadores tem carga horária entre 41 e 44 horas. A segunda e faixa com mais vínculos é a entre 21 e 30 horas semanais, a qual corresponde a carga horária semanal dos jornalistas brasileiros de acordo com o que está previsto na Consolidação das Leis do

Trabalho<sup>7</sup>. Em terceiro está a carga horária de 31 a 40 horas semanais. Trabalhadores contratados para até 20 horas semanais não somam 5% em nenhum ano analisado.

Gráfico 7.

Jornada semanal de homens e mulheres



FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

Este indicador apresenta a jornada contratada em um único emprego, o que pode refletir a existência de contratos com até duas horas extras contratuais (em vários estados há convenções coletivas que permitem isso), mas também o desrespeito a legislação vigente. Segundo o Código Brasileiro de Ocupações, os Profissionais do Jornalismo devem ser contratados de acordo com as legislações específicas para a categoria. Mesmo

7

De acordo com a seção XI da CLT, o jornalista profissional deve ter uma jornada de cinco horas diárias em geral, mas pode chegar a sete horas. Conforme o texto: “Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm).

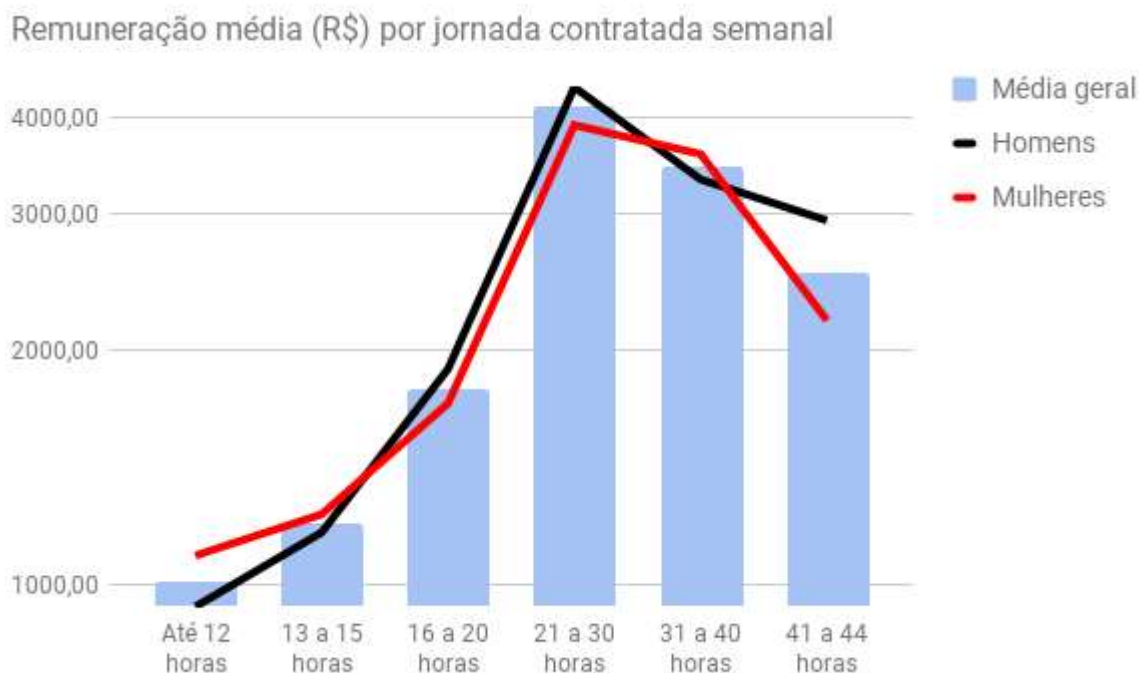


com a desregulamentação da profissão, a carga horária contratual para os Profissionais do Jornalismo continua sendo a estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao se realizar esta análise por ocupação, percebe-se que a carga horária semanal se mantém bastante semelhante em praticamente todas as ocupações. As únicas diferenças são: jornalista e repórter (exclusive rádio e TV), as quais contam com maior parte dos trabalhadores na faixa entre 21 e 30 horas. Também é esta uma das faixas em que há mais homens do que mulheres.

Ao comparar a relação jornada contratada *versus* remuneração média total e por gênero em todo o período analisado (2005 - 2015), consegue-se evidenciar a desigualdade entre homens e mulheres. Outro indicador aparece e vai de encontro com o que estabelece o artigo 304 da seção XI da CLT: os jornalistas profissionais podem ter sua jornada estendida para sete horas diárias (42 semanais), mas suas remunerações devem ser reajustadas de forma equivalente (BRASILb, 1943). No total da massa trabalhadora, a média de remuneração da jornada entre 21 e 30 horas é superior a média das faixas 31 a 40 horas e 41 a 44 horas (Gráfico 8). Quando se estratifica estes dados para comparar a relação homens x mulheres, identifica-se que na jornada com maior carga horária, elas ganham menos do que eles, assim como na faixa de 21 a 30 horas, as quais contemplam maior número de trabalhadores, conforme representado na Tabela abaixo.

Gráfico 8.



FONTE: Dados da RAIS; elaboração nossa.

## CONCLUSÕES

A baixa valorização salarial e as reduções de cargos indicam uma crescente desvalorização da categoria, que pode impactar diretamente no poder de compra do profissional e se refletir na qualidade de vida, uma vez que muitos profissionais precisam atuar em diferentes empregos para garantir sua subsistência. Além disso, o crescente encolhimento do mercado gera uma condição de instabilidade aos profissionais e falta de perspectiva para o futuro, conforme já observado por Heloani (2003).

Apesar de nos últimos três anos analisados, o índice de aumento do número de empregos tenha apresentado redução, o total de empregos de 2005 à 2015 aumentou. Entretanto, o número de demissões sobressai nas estatísticas com um valor de 2.259. Estes dados podem indicar um forte índice de rotatividade da mão de obra, sem contar que se trata apenas de dados formais de uma família específica de trabalhadores. Como Mick e Lima (2013) indicaram, mais da metade dos jornalistas analisados em 2012 estava na carreira a não mais que cinco anos. Por conta da estratificação dos grupos e famílias presentes na RAIS, alguns cargos característicos do jornalismo ficaram de fora desta

análise, como repórter de rádio e televisão, os quais possuem vínculos precários que não respeitam os pisos e jornadas atribuídas aos jornalistas. Outras ocupações que ficaram de fora desta análise são: as ligadas as famílias de editores e locutores. Mesmo assim, os dados aqui apresentados mostram um cenário de constante desvalorização dos trabalhadores, com cargas horárias superiores às estabelecidas para os Profissionais do Jornalismo e salários com quase nenhum reajuste real.

Segundo Harvey, uma das tendências do novo mundo do trabalho é de “ganhos ‘modestos’ (quando há) de salários reais”. Neste artigo, tentamos demonstrar como que no jornalismo, esta tendência se confirma de forma dramática, chegando ao ponto de encontrarmos um aumento real menor que R\$ 25 reais por ano no período analisado. É importante reforçar o fato de serem dados do mercado formal informados pelos empregadores anualmente. Sabe-se que o mercado jornalístico é extremamente heterogêneo e com relações de trabalho precárias, muitas vezes sem qualquer formalização. Desta forma, as observações realizadas nesta análise nos apresenta que o próprio mercado formal, segundo os indicadores oficiais, apresenta traços de precarização das relações de trabalho, com remunerações que não acompanham a elevação da jornada de trabalho e cargas horárias no limite e até mesmo superiores ao permitido pela legislação trabalhista.

Destacamos, também, a diferença salarial entre homens e mulheres, onde no jornalismo, há uma reiteração da desigualdade salarial apontando para um corpo profissional majoritariamente feminino com mulheres trabalhando mais e recebendo menos do que os homens. Apesar de as mulheres serem maioria em toda a série histórica e elas formarem maior contingente trabalhando acima de 40 horas, a remuneração média é menor do que a praticada para os homens. Outros indicadores como formação, idade e motivos para demissão precisariam ser analisados para entender melhor esta condição observada.

Diferentes estudos sobre o mundo do trabalho dos jornalistas indicam que existe um processo crescente de feminização das redações e, nas condições observadas nesta análise entende-se que este processo pode sim ser considerado uma forma de precarização das relações de trabalho e também de preconceito por gênero. Percebeu-se um movimento de equiparação salarial entre os gêneros, mas enquanto a remuneração

média das mulheres aumentou de forma significativa no período analisado, a dos homens permaneceu praticamente estagnada na década observada. Seria necessário fazer outras correlações com indicadores presentes na RAIS para ampliar a análise, mas, por ora, finalizamos este trabalho reiterando uma observação feita por Antunes:

(...) Uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/ trabalho e também aquelas opressões presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 2014, p. 66).

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASILa. **Classificação Brasileira de Ocupações:** CBO 2010. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

BRASILb. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Decreto-lei nº 5.452. Brasília: 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm). Acessado em 30/07/17.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 25. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuitas, 2014.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista.** Relatório de pesquisa nº 12/2003. EAESP/FGV/NPP: São Paulo, 2003.

MÜLLER, Carlos Alves. A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais: impactos sobre a produção jornalística. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias.** Florianópolis: Insular, 2012

MICK, Jacques. A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros. In: **Seminário de pesquisa em Sciences Po Grenoble**, 2014, Grenoble.

MICK, Jacques. A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros. In.: **11º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo SBPJor**, 2013, Brasília.

MICK; Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro:** características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

FÍGARO, Roseli, NONATO, Claudia, GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas.** São Paulo: SALTA/ATLAS, 2013

DA SILVA, Camila Rodrigues. **Operário Multimídia:** Mudanças no mundo do trabalho nos jornais diários brasileiros. 2011. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.